

COMPETÊNCIAS PARA UMA CULTURA DA DEMOCRACIA

Viver juntos em igualdade
em sociedades democráticas
culturalmente diversas



Resumo

COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE

COMPETÊNCIAS PARA UMA CULTURA DA DEMOCRACIA

Viver juntos em igualdade
em sociedades democráticas
culturalmente diversas

Resumo

The opinions expressed in this work are the responsibility of the authors and do not necessarily reflect the official policy of the Council of Europe.

All requests concerning the reproduction or translation of all or part of the document should be addressed to the Directorate of Communication (F-67075 Strasbourg Cedex or publishing@coe.int).

Cover photo: © Shutterstock
Cover design: Documents and Publications Production Department (SPDP), Council of Europe

Layout: Documents and Publications Production Department (SPDP), Council of Europe

Council of Europe Publishing
F-67075 Strasbourg Cedex
<http://book.coe.int>

© Council of Europe, June 2016
Printed at the Council of Europe

Resumo

Este documento descreve um modelo teórico das competências indispensáveis para os aprendentes que desejam participar eficazmente numa cultura da democracia e viver juntos em paz nas sociedades democráticas multiculturais. A intenção é que este modelo seja utilizado para informar a tomada de decisão e o planeamento em matéria de educação, a fim de apoiar os sistemas educativos que preparam os aprendentes para a vida, formando cidadãos democráticos competentes.

O documento divide-se em 7 secções.

A secção 1 expõe o objetivo educativo do modelo de competências. Esta secção explica também porque a expressão “cultura da democracia” é utilizada no presente contexto em vez de “democracia”: isto serve para sublinhar o facto de que, embora a democracia não possa existir sem instituições democráticas e sem leis, estas instituições e estas leis não podem funcionar na prática a não ser que estejam enraizadas numa cultura da democracia, isto é, em valores, atitudes e práticas democráticas. A secção 1 explica também a interdependência entre uma cultura da democracia e o diálogo intercultural nas sociedades multiculturais: nestas sociedades, o diálogo intercultural é vital para garantir a inclusão de todos os cidadãos nas discussões, debates e deliberações democráticas.

As secções 2 e 3 descrevem alguns dos pressupostos de base que sustentam o modelo. A secção 2 descreve o pressuposto de que, embora seja necessário que os cidadãos adquiram um certo número de competências para poderem participar efetivamente numa cultura para a democracia, estas competências não são suficientes para essa participação ocorrer, porque a participação democrática exige também estruturas institucionais apropriadas. Por outras palavras, tanto as competências como as instituições democráticas são essenciais para sustentar uma cultura da democracia. Além disso, a participação democrática de todos os cidadãos na sociedade exige medidas para combater as desigualdades sociais e as desvantagens estruturais. Na ausência de tais medidas, os membros dos grupos desfavorecidos serão marginalizados nos processos democráticos, sejam quais forem os seus níveis de competências democráticas.

A secção 3 descreve o conceito de “cultura”, tal como se entende no modelo de competências. Todas as culturas têm intrinsecamente uma composição heterogénea, contestada, dinâmica e em perpétua evolução e todos os

povos conhecem culturas múltiplas que interagem de modos complexos. O conceito de “intercultural” é também examinado nesta secção. Fala-se de uma situação intercultural quando um indivíduo vê outra pessoa ou grupo como sendo culturalmente diferente de si mesmo. O diálogo intercultural define-se portanto como o diálogo que tem lugar entre indivíduos ou grupos que se veem como tendo referências culturais diferentes uns dos outros. Convém notar que, embora o diálogo intercultural seja extremamente importante para fomentar a tolerância e aumentar a coesão social nas sociedades culturalmente diversas, esse diálogo pode ser extremamente exigente e difícil em certas circunstâncias.

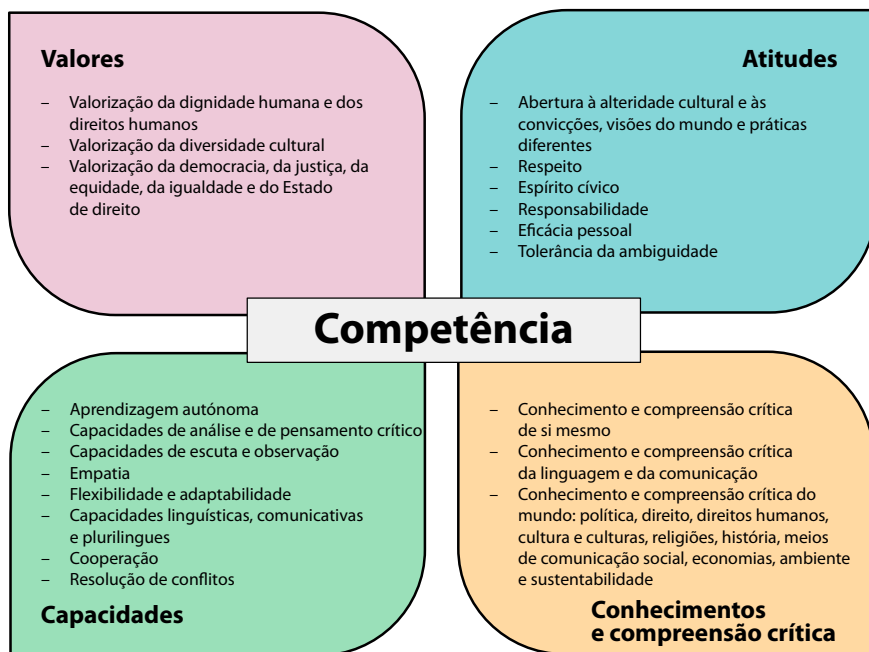
A secção 4 desenvolve o conceito de “competência” que é empregue no modelo. A competência democrática e intercultural define-se como a capacidade de mobilizar e empregar valores, atitudes, capacidades, conhecimentos e/ou uma compreensão pertinentes, a fim de responder de maneira eficaz e apropriada às exigências, desafios e oportunidades que se apresentam nas situações democráticas e interculturais. A competência é tratada como um processo dinâmico no qual um indivíduo competente mobiliza e emprega um conjunto de recursos psicológicos de maneira ativa e flexível para responder às novas situações que se lhe apresentam.

A secção 4 descreve também como, para além deste sentido global e holístico do termo “competência” (no singular), o termo “competências” (no plural) é utilizado neste documento referindo-se aos recursos individuais específicos (isto é, os valores, atitudes, capacidades, conhecimentos e compreensão específicos) que são mobilizados e empregues num comportamento competente. Por outras palavras, neste texto, a competência consiste na seleção, ativação e organização de competências e na aplicação destas competências de uma maneira coordenada, adaptativa e dinâmica a situações concretas.

A secção 5 descreve o método de trabalho que permitiu identificar as competências específicas a incluir no presente modelo. Uma característica notável deste modelo é que não foi concebido a partir do zero e assenta antes numa análise sistemática dos quadros conceptuais existentes da competência democrática e da competência intercultural. Foi efetuada uma auditoria através da qual foram identificados 101 destes quadros. Estes 101 quadros foram decompostos para determinar todas as competências individuais que continham e estas competências foram em seguida reagrupadas em conjuntos relacionados. Isto levou à identificação de 55 possíveis competências para inclusão no modelo. Visando ajudar a reduzir esta lista de competências a uma dimensão mais prática e gerível, foi utilizado um conjunto de critérios racionais e de considerações pragmáticas para identificar as competências chave que deviam ser incluídos no modelo. A aplicação destes critérios e

considerações levou à identificação das 20 competências para inclusão no modelo: 3 conjuntos de valores, 6 atitudes, 8 capacidades e 3 categorias de conhecimentos e de compreensão crítica. Estas competências foram utilizadas para construir o modelo. Um projeto de documento descrevendo o modelo foi então elaborado e difundido num exercício de consulta internacional envolvendo peritos universitários, profissionais da educação e responsáveis políticos. As respostas recebidas no quadro desta consulta apoiaram fortemente o modelo, mas forneceram igualmente toda uma série de comentários úteis. Estes comentários foram utilizados para afinar mais o modelo e orientar a redação deste documento.

As 20 competências incluídas no modelo CCD



A secção 6 descreve o modelo resultante em pormenor, listando e descrevendo todos os valores, atitudes, capacidades e categorias de conhecimento e compreensão crítica específicos que permitem a um indivíduo participar de maneira eficaz e apropriada de uma cultura da democracia. Este modelo é resumido sob a forma de diagrama, na Figura 1 acima, e uma lista completa das 20 competências, com uma descrição sumária de cada competência é fornecida na caixa abaixo.

A secção 7 conclui o documento, formulando duas esperanças para o modelo atual: que se revele útil na tomada de decisão e planeamento em matéria de educação e que ajude os jovens a ganhar autonomia como agentes sociais capazes de escolher e prosseguir as suas próprias metas na vida, no quadro proporcionado pelas instituições democráticas e pelo respeito pelos direitos humanos.

O Anexo A fornece uma lista das fontes dos 101 quadros de competências que foram analisados para o projeto. O Anexo B fornece a lista das 55 competências possíveis que foram identificadas entre os 101 quadros. O Anexo C propõe algumas sugestões de leituras complementares para além das referências que figuram no Anexo A.

Lista sumária das competências que permitem a um indivíduo participar de maneira eficaz e apropriada numa cultura da democracia

Valores

Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos

Este valor assenta na convicção geral de que todos os seres humanos são iguais em valor e dignidade e merecem gozar de igual respeito, direitos humanos e liberdades fundamentais, devendo portanto ser tratados em conformidade.

Valorização da diversidade cultural

Este valor assenta na convicção geral de que outras referências culturais, a variação e a diversidade culturais, assim como a pluralidade de perspetivas, pontos de vista e práticas devem ser consideradas positivas, apreciadas e valorizadas.

Valorização da democracia, da justiça, da equidade, da igualdade e do Estado de direito

Este conjunto de valores assenta na convicção geral de que as sociedades devem funcionar e ser governadas segundo processos democráticos que respeitem os princípios da justiça, equidade, igualdade e Estado de direito

Atitudes

Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes

A abertura é uma atitude que um indivíduo pode adotar para com as pessoas que ele vê como tendo referências culturais diferentes das suas ou perante as convicções, visões do mundo e práticas diferentes das suas. Esta atitude

implica uma certa sensibilidade para com o outro e para com outras perspectivas sobre o mundo, bem como uma curiosidade e uma vontade de as descobrir.

Respeito

O respeito consiste em olhar para alguém ou algo com consideração, espírito positivo e estima, partindo do princípio de que tem importância, utilidade ou valor intrínseco. A demonstração de respeito por outras pessoas vistas como tendo referências culturais diferentes ou convicções, opiniões ou práticas diferentes das nossas é vital para o verdadeiro diálogo intercultural e a cultura da democracia.

Espírito cívico

O espírito cívico é uma atitude para com uma comunidade ou grupo social a que uma pessoa pertence, que é mais alargado que o seu círculo próximo de familiares e amigos. Envolve um sentido de pertença a essa comunidade, uma consciencialização da presença de outras pessoas na comunidade e dos efeitos das nossas ações sobre essas pessoas, solidariedade para com outros membros da comunidade e um sentido do dever cívico para com a comunidade.

Responsabilidade

A responsabilidade é uma atitude relativamente aos nossos próprios atos. Envolve a reflexão sobre os nossos atos, procurar agir de uma maneira moralmente apropriada, realizar estes atos conscientemente e responder pessoalmente pelas consequências desses atos.

Eficácia pessoal

A eficácia pessoal é uma atitude do indivíduo para consigo mesmo. Envolve acreditar firmemente na sua capacidade de levar a cabo as ações necessárias para atingir determinados objetivos e a confiança de conseguir compreender as questões, selecionar métodos apropriados para realizar as tarefas, ultrapassar os obstáculos com sucesso e fazer a diferença no mundo.

Tolerância da ambiguidade

A tolerância da ambiguidade é uma atitude relativamente a situações que são incertas e sujeitas a múltiplas interpretações contraditórias. Isto envolve avaliar estes tipos de situações de forma positiva e lidar construtivamente com elas.

Capacidades

Aprendizagem autônoma

As capacidades de aprendizagem autônoma são necessárias para efetuar, organizar e avaliar a nossa aprendizagem, de acordo com as nossas necessidades pessoais, por iniciativa própria, sem sugestão de outros.

Capacidades de análise e de pensamento crítico

As capacidades de reflexão analítica e crítica são as aptidões necessárias para analisar, avaliar e fazer juízos de valor sobre materiais de qualquer tipo (por exemplo, textos, argumentos, interpretações, questões, eventos, experiências, etc.) de uma forma sistemática e lógica.

Capacidades de escuta e observação

As capacidades de escuta e observação são as aptidões necessárias para notar e compreender o que está a ser dito, e a forma como está a ser dito, e para notar e compreender o comportamento não-verbal das outras pessoas.

Empatia

A empatia é o conjunto de capacidades necessárias para compreender as ideias, convicções e sentimentos das outras pessoas, para se identificar com elas e para ver o mundo da perspetiva dos outros.

Flexibilidade e adaptabilidade

A flexibilidade e a adaptabilidade são as capacidades necessárias para poder adaptar e ajustar os nossos pensamentos, sentimentos ou comportamentos para podermos responder eficaz e apropriadamente a novos contextos e situações.

Capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues

As capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues são as aptidões necessárias para comunicar eficaz e apropriadamente com pessoas que falam a mesma língua ou outra e para servir de mediador entre falantes de línguas diferentes.

Cooperação

As capacidades de cooperação são as aptidões necessárias para participar plenamente com outros em atividades, tarefas e projetos comuns e para encorajar os outros a cooperar de forma a que possam ser alcançados os objetivos do grupo.

Resolução de conflitos

As capacidades de resolução de conflitos são as aptidões necessárias para tratar, gerir e resolver pacificamente conflitos, orientando as partes em conflito para soluções ótimas e aceitáveis para todas as partes.

Conhecimentos e compreensão crítica

Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo

Isto inclui o conhecimento e a compreensão crítica dos nossos próprios pensamentos, convicções, sentimentos e motivações, assim como das nossas referências culturais e da nossa visão do mundo.

Conhecimento e compreensão crítica da linguagem e da comunicação

Estas competências incluem o conhecimento e a compreensão crítica das convenções de comunicação verbal e não-verbal socialmente apropriadas que se aplicam na língua ou línguas faladas, dos efeitos que os diferentes estilos de comunicação podem ter nas outras pessoas, e da maneira única como cada língua exprime significados culturalmente partilhados.

Conhecimento e compreensão crítica do mundo

Isto inclui um leque amplo e complexo de conhecimentos e compreensão crítica numa diversidade de áreas, incluindo a política e o direito, direitos humanos, cultura e culturas, religiões, história, meios de comunicação social, economias, ambiente e sustentabilidade.

As sociedades europeias contemporâneas veem-se confrontadas por muitos desafios: taxas de participação eleitoral em baixa, uma falta de confiança crescente nos políticos, elevados níveis de crimes de ódio, intolerância e preconceitos para com as minorias étnicas e os grupos religiosos, assim como um apoio crescente ao extremismo violento. Estes desafios ameaçam a legitimidade das instituições democráticas e a coexistência pacífica no seio dos países europeus.

A educação formal é uma ferramenta vital para responder a estes desafios. Uma oferta e práticas educativas apropriadas podem estimular a participação democrática, reduzir a intolerância e os preconceitos e diminuir o apoio ao extremismo violento. Contudo, para atingir estes objetivos, é preciso que os educadores compreendam claramente que competências democráticas devem ser adquiridas no âmbito do currículo escolar.

O Conselho da Europa elaborou um novo modelo teórico das competências que permitem aos cidadãos participar numa cultura da democracia e viver juntos em paz em sociedades culturalmente diversas. Este modelo resultou de dois anos de trabalho intensivo e foi fortemente apoiado por eminentes especialistas da educação através de uma consulta internacional. Ele oferece uma base conceptual robusta para o futuro desenvolvimento de currículos, pedagogias e avaliações no domínio da educação para a cidadania democrática e os direitos humanos. A sua aplicação permitirá aos sistemas de ensino apoiar efetivamente a preparação dos alunos para a vida e para serem cidadãos democráticos, empenhados e tolerantes.

Esta brochura, útil para uma consulta fácil e rápida, contém o resumo das *Competências para uma Cultura da Democracia*. A publicação completa deste texto do Conselho da Europa está disponível com a referência ISBN 978-92-871-8237-1.

www.coe.int

O Conselho da Europa é a principal organização de defesa dos direitos humanos no continente. Integra 47 Estados membros, 28 dos quais são também membros da União Europeia. Todos os Estados membros do Conselho da Europa assinaram a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, um tratado que visa proteger os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem controla a implementação da Convenção nos Estados membros.

COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE